



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 14 de maio de 2013, às 19h20min, no auditório do Salão Nobre do Curso de Direito da UFPR, localizado na Praça Santos Andrade, nº 50, em Curitiba-PR, tiveram início os trabalhos da audiência pública do Movimento Paraná Sem Corrupção, sob a presidência da Promotora de Justiça, Dra. Swami Mougnot Bonfim, em exercício na Promotoria de Justiça das Comunidades. PARTICIPANTES: A mesa foi composta pela presidente e as seguintes autoridades, Sr. Ricardo Marcelo Fonseca, Dir. do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR; Sr. Ricardo Mac Donald Ghisi, Secretário de Governo, representando o prefeito Gustavo Fruet; Dr. Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça; Dr. Eduardo Cambi, Promotor de Justiça - Coordenador do Movimento Paraná Sem Corrupção; os palestrantes, Dr. Claudio Smirne Diniz, Promotor de Justiça – Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público e, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador de Justiça – Coordenador do CAOP de Proteção aos Direitos Humanos. Ainda, estavam presentes a comunidade local, representantes de órgãos públicos e demais entidades conforme listas em anexo. Inicialmente, o mestre de cerimônias fez as apresentações, passando a palavra à Presidente, que procedeu à leitura do Edital de Convocação, declarando aberta a Audiência Pública, destacando os itens: a) Apresentação do MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO; b) TRANSPARÊNCIA; c) SEGURANÇA ALIMENTAR. Recebendo a palavra, o Dr. Ricardo Marcelo Fonseca e o Dr. Ricardo Mac Donald Ghisi manifestaram total apoio ao Movimento em nome das Instituições representadas, conforme acima descrito. Na



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

sequência, o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gilberto Giacoia, destacou a importância do trabalho já realizado pelo Desembargador Dr. Accácio Cambi e seu filho, o Coordenador Estadual do Movimento, Dr. Eduardo A. Salomão Cambi; afirmando também que um dos objetivos do Movimento é interferir na realidade social construindo um país melhor, juntando esforços a fim de se corrigir distorções na desigualdade social, e ainda, na administração pública, citando como exemplo o desvio de erário; Destacou que o MP não é o protagonista do Movimento, mas tem como função a conscientização da população, a qual é totalmente desassistida; Ressaltou que “o Movimento quer conclamar a população curitibana que tem direito de ser feliz”. Em seguida, a Presidente passou a palavra ao Dr. Eduardo Cambi que cumprimentando a todos passou a expor os objetivos e os resultados alcançados pelo Movimento até a presente data, utilizando-se de multimídia, cujo conteúdo foi disponibilizado e, por determinação da presidente foi impresso e anexado aos autos. Dentre outras afirmações, o expositor enfatizou o comprometimento do Ministério Público na conscientização social acerca da “corrupção” e na disseminação da cultura da honestidade, vez que desde a colonização confunde-se público com privado; citou que referida cultura permite a ocorrência de parasitismo, nepotismo, gerando a não valorização do trabalho produtivo e impunidade dos agentes públicos corruptos, remetendo-se ao “jeitinho brasileiro” em detrimento de valores éticos e do agir de forma correta. Destacou que corrupção não é causa, mas efeito das atitudes praticadas tanto no setor público como na esfera privada, exemplificando ações praticadas pelos sujeitos que estacionam em vagas exclusivas, “colam” em prova, não acompanham a votação dos projetos de leis dos políticos que elegem, entre outros; destacou que o Brasil ocupa a 69ª colocação no Índice de Percepção da

Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.13.003068-0 - Audiência Pública, em 14/05/2013.



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

Corrupção entre 176 (cento e setenta e seis) países avaliados. Na sequência, destacou duas perspectivas de combate a corrupção: a) acabar com a impunidade nos crimes cometidos contra a administração pública, indicando que dos 514 mil presos, somente 0,12% referem-se a esses crimes (dados do DEPEN), ressaltando a importância do movimento contra a PEC 37; b) exercício de educação para a cidadania, ressaltando que a corrupção é inversamente proporcional ao exercício da cidadania. Lembrou que o Movimento existe desde 2012 e que somente com a participação da sociedade haverá redução dos índices de corrupção; relatou que 580 (quinhentos e oitenta) escolas estaduais, 195 (cento e noventa e cinco) membros do MP, 27 (vinte e sete) parceiros estaduais e 366 (trezentos e sessenta e seis) entidades locais acolheram o Movimento, bem como que 718 (setecentos e dezoito) ações foram desenvolvidas em todo Estado. Enfatizou a parceria com a UFPR e a importância do envolvimento dos estudantes com o Movimento. Apresentou algumas ações realizadas como, palestras em escolas, oficinas, entrevistas, passeatas, concursos de redação, blitz educativa, apresentação cultural, manifestações públicas nas ruas, etc. O predito orador lembrou que a campanha de 2013 é “Cidadania: Direitos e Deveres”, com atuação em 04 (quatro) eixos, nas áreas da transparência e informação: patrimônio público; violência e tolerância: criminal; redes de proteção: criança e adolescente; protagonismo juvenil: direitos humanos, saúde pública, habitação e urbanismo. Citou Bertolt Brecht, ao mencionar que somos como ‘analfabeto político’, vez que “apenas questionamos e pouco nos organizamos para participar da vida pública”. Apresentou o cronograma das próximas audiências na Capital. Anunciou que no dia 09/12, Dia de Combate à Corrupção, serão apresentados os resultados do Movimento. Destacou, ainda, o lançamento do MP

Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.13.003068-0 - Audiência Pública, em 14/05/2013.



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

Universitário, que tem como objetivo levar o MP para dentro da Universidade, divulgar o Movimento, despertar vocações e conscientizar da responsabilidade desses agentes no desenvolvimento da sociedade. Finalizou sua exposição citando Paulo Freire “A pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel nela. Recusa-se a acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo”, afirmando que o objetivo é conscientizar a população para transformar o Estado em um lugar melhor. A Presidente da mesa apresentou a ficha de participação e a lista de manifestação contra PEC nº 37 em circulação no recinto. Em continuidade, a palavra foi repassada ao segundo expositor Dr. Claudio Smirne Diniz, o qual informou que um dos trabalhos do CAOP de Proteção ao Patrimônio Público é relativo à fiscalização dos portais de transparência, seja pela implementação e/ou aperfeiçoamento destes. Explicou que, embora existam alguns portais de acesso, esses são insuficientes e/ou insatisfatórios, pois são incompreensíveis ao cidadão comum, não alcançando sua real finalidade. Manifestou-se dizendo que o regime democrático está fragilizado e que a democracia representativa necessita de incremento, bem como que o contexto da corrupção é motivado por um sistema cultural que permite que a administração pública não divulgue seus atos. A proposta é que portais de transparência sejam eficientes e que o acesso se operacionalize pela própria Administração, sem necessidade de provocação do cidadão; que sejam disponibilizadas informações sobre servidores, carga de trabalho, servidor de plantão, informações sobre as licitações, sobre os orçamentos públicos e destinação dos recursos; que um dos desafios do projeto é a conscientização dos administradores de que as informações pertencem ao cidadão, bem como que a proposta deriva da Constituição Federal de 1988 e seus princípios. Citou a seguinte

Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.13.003068-0 - Audiência Pública, em 14/05/2013.



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

legislação acerca da obrigatoriedade da publicidade, artigo 5º da CF, Lei de Acesso à Informação, Lei Complementar Estadual nº 137/2011. Destacou que a publicidade dos atos dificulta a ocorrência da corrupção e que a implementação efetiva dos portais contribui para o regime democrático no Brasil, pois possibilita a conferência dos dados pelo cidadão junto aos órgãos e entidades como Banco Central, Receita Federal, empresas participantes de licitações e etc. Finalizando sua exposição e lembrando que o processo de implementação dos portais pode ser longo e demorado, parafraseou as palavras de Guimarães Rosa ao dizer que “não é no início nem no final, mas na travessia que muitas coisas são alcançadas”. Logo após, a palavra foi dada ao expositor Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, que declamou o poema “O bicho” de Manuel Bandeira, introduzindo a importância do movimento na cultura de legalidade democrática, criticando que “os criminosos de colarinho de branco (criminosos econômico-financeiros) contam com a tolerância da nossa sociedade e continuam sendo eleitos como nossos representantes”; destacou ainda que “o processo eleitoral está maculado pelo poder do abuso econômico”. Recordou aos presentes um caso ocorrido em Maringá, no qual determinado secretário municipal da fazenda permaneceu por anos exercendo funções no referido órgão assegurando a corrupção praticada por vários políticos, cujos recursos necessários para implementação de políticas públicas foram desviados por anos a fio, até que um servidor denunciou a corrupção instalada. Relativamente ao tema pautado no edital, acerca da segurança alimentar, chamou a atenção para a incongruência existente na sociedade brasileira, visto que se trata do 5º maior produtor de alimento do mundo, porém, com alto índice de subnutrição. Lembrou que o mandamento constitucional que trata da proteção integral da criança, do adolescente e do jovem, garante-lhes o

Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.13.003068-0 - Audiência Pública, em 14/05/2013.



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

direito à alimentação adequada. Ressaltou a importância de fiscalização intensa pelos Promotores de Justiça Substitutos, dos Conselhos Alimentares dos Municípios, pois há um grande valor de recursos destinados à merenda escolar, lembrando que muitas vezes a merenda escolar é a única refeição das crianças. Bem como, acerca do discurso de igualdade, mencionou que há uma grande distância entre o que é anunciado e o que de fato é distribuído entre a população. Informou que esteve em reunião com o Secretário Municipal de Governo, Dr. Ricardo Ghisi, para tratar da adesão do Município de Curitiba ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, com a existência de Conselho Municipal de Alimentação e Comitê intersetorial para garantia e efetividade das políticas públicas junto à população vulnerável. Finalizou destacando a importância da participação do cidadão na política para a erradicação da pobreza, construção de uma sociedade livre, justa e solidária no Estado do Paraná. Na sequência, o presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Ver. Paulo Salamuni, sob a permissão da presidência da mesa, pediu a palavra para destacar as ações que o órgão representado tem tomado em combate à corrupção, colocando-se à disposição da população, com destaque para atendimento de situações de irregularidades. A palavra foi concedida, novamente, ao Coordenador do Movimento para as considerações finais e esclarecimentos acerca do encaminhamento das fichas de participação. Sendo assim, informou que “a partir dessa data estarão reunidos com o Núcleo de Educação para escolha das escolas da Regional Matriz que serão desenvolvidos os trabalhos em parceria com o MPPR”; afirmou que todas as questões e sugestões constantes das fichas de participação serão avaliadas e encaminhadas aos órgãos/instituição ou Promotoria de Justiça especializada e relativa à participação, a exemplo mencionou as questões tocantes

Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.13.003068-0 - Audiência Pública, em 14/05/2013.



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

aos vereadores, sendo que serão encaminhadas a esses; em seguida divulgou a página do Movimento e telefone de contato. O palestrante, Dr. Claudio, comentou algumas fichas, destacando que muitas sugestões servem para melhor fundamentar o tema da transparência, ressaltando que o controle ajuda a reduzir corrupção; em resposta a uma das fichas de participação, mencionou a existência de documento guia para a criação e manutenção dos portais de transparência. Informou, também, a existência de documentos do Tribunal de Contas do Estado - TCE e do Tribunal de Contas da União – TCU, os quais servem de balizamento e roteiro para implementação dos portais; comprometeu-se a avaliar as sugestões para elaboração dos projetos. O Procurador de Justiça, Dr. Olympio, após a leitura das fichas de participação, destacou a importância da atuação efetiva da população no controle social, lembrando que embora a regra constitucional do parágrafo único do artigo 1º da CF estabeleça que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” a ausência de participação da sociedade é evidente quando da formulação das políticas públicas, a qual deveria ocorrer, por exemplo, através de entidades representativas. Ressaltou ainda, que há grande repúdio pelos eleitos sobre a participação dessas entidades no processo de elaboração destas políticas; que na área específica da segurança alimentar, contemplada na pergunta, a previsão é de que os conselhos sejam os órgãos formuladores e deliberativos dessas políticas. Mencionou a importância de um considerável espaço nos orçamentos públicos para aplicação na área dos Direitos Humanos para que se reduzam os discursos e promessas e se concretize os direitos. Finalizando, a Presidente agradeceu a presença de todos, a participação através das 36 (trinta e seis) fichas encaminhadas à mesa, a adesão ao Movimento,

Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.13.003068-0 - Audiência Pública, em 14/05/2013.



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

bem como, a manifestação de repúdio ao Projeto de Emenda Constitucional nº 37. A audiência encerrou-se às 21h10min. Eu, Vanessa Milene de Santana_____, assessora jurídica, lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.

Curitiba, 14 de maio de 2013

Swami Mougenot Bonfim
Promotora de Justiça - Presidente

Eduardo Augusto Salomão Cambi
Promotor de Justiça – Coordenador do Movimento Paraná Sem Corrupção

Palestrantes

Dr. Claudio Smirne Diniz
Promotor de Justiça – CAOP de Proteção ao Patrimônio Público

Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto
Procurador de Justiça – Coordenador CAOP de Proteção aos Direitos Humanos